



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO PARAGUAI-BRASIL:
RELAÇÕES BILATERAIS,
DESENVOLVIMENTO E FRONTEIRAS**

**ENTRE HONRA, CASTIGO E RECONSTRUÇÃO: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS
DAS MULHERES PARAGUAIAS NA GUERRA GUASÚ E NO PÓS-CONFLITO**

DAIANE SOARES DE LIMA

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
PARAGUAI-BRASIL: RELAÇÕES BILATERAIS,
DESENVOLVIMENTO E FRONTEIRAS**

**ENTRE HONRA, CASTIGO E RECONSTRUÇÃO: VIVÊNCIAS DAS MULHERES
PARAGUAIAS NA GUERRA GUASÚ E NO PÓS-CONFLITO**

DAIANE SOARES DE LIMA

Artigo apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Integração Paraguai-Brasil: relações bilaterais, desenvolvimento e fronteiras

Orientador: Prof.Dr.Aníbal Orué Pozzo

Foz do Iguaçu
2025

DAIANE SOARES DE LIMA

**ENTRE HONRA, CASTIGO E RECONSTRUÇÃO: VIVÊNCIAS DAS MULHERES
PARAGUAIAS NA GUERRA GUASÚ E NO PÓS-CONFLITO**

Artigo apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a conclusão do curso de Especialização em Integração Paraguai-Brasil: relações bilaterais, desenvolvimento e fronteiras

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Anibal Orue Pozzo
UNILA

Profa. Dr. Florencia Falabella
(Sigla da Instituição)

Profa. Dr. Rebeca Chavez
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do/a autor/a: _____

Curso: Especialização em Direitos Humanos na América Latina

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____ / ____ / ____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao meu orientador, Anibal, cuja orientação generosa, rigor intelectual foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas leituras cuidadosas e suas sugestões precisas não apenas contribuíram para a qualidade desta pesquisa, mas também enriqueceram minha formação acadêmica. Sou imensamente grata pela confiança, pelo incentivo e pelo compromisso com meu crescimento enquanto pesquisadora.

Estendo meus agradecimentos à banca examinadora, que gentilmente dedicou seu tempo para ler, avaliar e dialogar com este estudo. Cada comentário, crítica e sugestão oferecida representa uma valiosa oportunidade de aprimoramento. A atenção e seriedade com que acolheram este trabalho fortalecem meu percurso acadêmico e ampliam meus horizontes teóricos e metodológicos.

Agradeço ainda à minha família, pelo apoio incondicional em todos os momentos. Àqueles que, com palavras de encorajamento, compreensão diante das ausências e amor cotidiano, sustentaram minha trajetória e tornaram possível a concretização deste estudo. Sem o suporte emocional, a força e a paciência da minha família, este trabalho não teria tomado forma.

A todas e todos que, de alguma maneira, contribuíram para esta caminhada, deixo registrada minha gratidão sincera.

Escrever é macerar ervas sagradas

(Rayane Leão)

RESUMO

O presente artigo analisa as experiências femininas durante e após a Guerra Guasú (1864–1870), compreendendo como os papéis de cuidado, maternidade, luto e resistência foram profundamente moldados pela violência estatal e pelas estruturas coloniais que atravessaram o conflito. A partir da distinção entre *residentas* e *destinadas*, discute-se como o Estado paraguaio produziu categorias de controle moral e político sobre os corpos das mulheres, exaltando umas como símbolos de patriotismo e relegando outras à condição de inimigas internas sujeitas a punição, exílio e apagamento social. Com base em documentos da época, testemunhos e revisão historiográfica, investigam-se as diversas formas de atuação feminina. Argumenta-se que, diante da ampla devastação demográfica e territorial, a maternidade adquiriu caráter político central, articulando práticas de luto, preservação da memória e resistência frente à violência patriarcal e estatal.

Palavras-chave: Maternidade; Mulheres paraguaias; Violência estatal

RESUMEN

El presente artículo analiza las experiencias femeninas durante y después de la Guerra del Paraguay (1864-1870), comprendiendo cómo los roles de cuidado, maternidad, duelo y resistencia fueron profundamente moldeados por la violencia estatal y las estructuras coloniales que atravesaron el conflicto. A partir de la distinción entre *residentes* y *destinadas*, se discute cómo el Estado paraguayo produjo categorías de control moral y político sobre los cuerpos de las mujeres, exaltando a unas como símbolos de patriotismo y relegando a otras a la condición de enemigas internas sujetas a castigo, exilio y borrado social. A partir de documentos de la época, testimonios y revisión historiográfica, se investigan las diversas formas de actuación femenina. Se argumenta que, ante la amplia devastación demográfica y territorial, la maternidad adquirió un carácter político central, articulando prácticas de duelo, preservación de la memoria y resistencia frente a la violencia patriarcal y estatal.

Palabras clave: Maternidad; Mujeres paraguayas; Violencia estatal

ABSTRACT

This article analyzes women's experiences during and after the Guasu War (1864–1870), understanding how the roles of caregiving, motherhood, mourning, and resistance were profoundly shaped by state violence and the colonial structures that permeated the conflict. Based on the distinction between *residents* and those *destined* elsewhere, it discusses how the Paraguayan state produced categories of moral and political control over women's bodies, exalting some as symbols of patriotism and relegating others to the status of internal enemies subject to punishment, exile, and social erasure. Based on documents from the period, testimonies, and historiographical review, the various forms of female action are investigated. It is argued that, in the face of widespread demographic and territorial devastation, motherhood acquired a central political character, articulating practices of mourning, preservation of memory, and resistance in the face of patriarchal and state violence.

Key words: Motherhood; Paraguayan women; State violence

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mulher paraguaia é a maternidade como reconstrução da nação

23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População depois da guerra, segundo Chiavenatto

15

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Contexto histórico da guerra e do pós-Guerra Guasú	14
2. Entre Honra e Castigo: <i>Residentas, Destinadas</i> e o Controle Estatal sobre os Corpos das mulheres paraguaias na Guerra Guasú	16
3. Maternidade, luto e cuidado: experiências femininas no pós-guerra	20
CONSIDERAÇÕES	24
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

A produção historiográfica sobre a Guerra Guasú¹ (1864–1870) foi construída, majoritariamente, a partir de narrativas masculinas que privilegiaram líderes políticos, militares e eventos estratégicos, relegando as experiências femininas a papéis secundários ou meramente ilustrativos. Diários, obras literárias, documentos oficiais e representações visuais consolidaram uma memória marcada pela centralidade do soldado e pelo imaginário heróico da guerra, reforçando o que Chimamanda Ngozi Adichie (2019) denomina “a história única”. Nesse quadro, as mulheres aparecem apenas como acompanhantes dos homens, mães em luto, esposas resignadas, enfermeiras, como se sua existência fosse acessória ao conflito.

Nesse esforço de romper com narrativas tradicionais e androcêntricas, este estudo dialoga também com a proposta do livro *Alquimistas: Documentos para otra historia de las mujeres* (Line Bareiro, Clyde Soto y Mary Monte, 1993), que reivindica a reconstrução da história a partir das experiências femininas silenciadas. A obra defende que a história das mulheres deve ser entendida como processo de “alquimia coletiva”, no qual práticas de resistência, cuidado, espiritualidade, trabalho cotidiano e criação de redes comunitárias se tornam elementos centrais para compreender como as mulheres transformam realidades marcadas pela violência e pela exclusão. Esse enquadramento teórico permite olhar as mulheres paraguaias não apenas como vítimas de circunstâncias extremas, mas como autoras de estratégias de sobrevivência e produtoras de sentidos sociais, afetivos e políticos em meio ao colapso nacional.

Contudo, pesquisas recentes têm se dedicado a tensionar e reescrever as narrativas tradicionais sobre a Guerra Guasú, dando visibilidade a vivências que por muito tempo foram relegadas ao silêncio ou reduzidas a estereótipos. Esses estudos mostram que as mulheres não só integraram a bélica, mas assumiram funções fundamentais para a sobrevivência coletiva, para a resistência política e para a reconstrução social em um pós-conflito marcado por profundas tensões sociais e pelo colapso demográfico.

É nesse contexto de disputas pela memória e pela legitimidade das narrativas históricas que a distinção entre *residentas* e *destinadas* adquire relevância analítica. Essa classificação revela como o Estado paraguaio produziu e institucionalizou categorias morais e políticas sobre os corpos

¹ A nossa escolha pelo termo “Guerra Guasú”, que em guarani, significa literalmente “grande guerra” ou “guerra importante”, carrega um significado cultural, político e simbólico profundo, pois coloca a perspectiva paraguaia no centro da narrativa, valorizando a experiência nacional e popular diante do sofrimento e da resistência enfrentados durante o conflito. Ao enfatizar a dimensão “Guasu”, reconhece-se a escala e a gravidade da guerra, marcada por destruição massiva, perda de vidas e impactos sociais duradouros. Além disso, o uso do idioma guarani reforça a identidade cultural do povo paraguaio e a centralidade de sua memória histórica. Nesse sentido, o termo vai além de uma simples designação militar, assumindo uma dimensão simbólica que evidencia a importância do conflito na reconstrução social, cultural e familiar do Paraguai, incluindo o papel das mulheres no pós-guerra (Squinelo, 2024).

das mulheres, ora exaltando-as como símbolos de patriotismo e sacrifício, ora criminalizando-as como suspeitas, traidoras ou inimigas internas. Enquanto as *residentas* foram incorporadas ao imaginário nacional como figuras de devoção e heroísmo feminino, as *destinadas* foram submetidas à estigmatização, perseguição e exílio forçado, tendo suas trajetórias sistematicamente silenciadas na memória coletiva (Rosty, 2017).

Dessa forma, compreender as experiências das mulheres paraguaias durante e após a Guerra Guasú exige romper com leituras tradicionais que reduzem as mulheres a funções de apoio ou vítimas silenciosas. Implica reconhecer que suas práticas de cuidado, resistência, maternidade e luto constituíram formas de ação política, memória e sobrevivência. A maternidade, em particular, emerge como espaço atravessado por ambivalências: simultaneamente devastada pela perda e transformada em eixo de reconstrução social. Nos cenários de violência extrema, cuidar de crianças, preservar lembranças e manter vínculos comunitários configurou-se como gesto insurgente, contrapondo-se ao apagamento produzido tanto pela guerra quanto pela colonialidade.

A relevância deste estudo reside em evidenciar que o conflito, para além de um evento político e militar, foi um marco de reconfiguração das experiências femininas e das formas de organização social no Paraguai. Visibilizar essas trajetórias, sobretudo de mulheres sobreviventes, permite ampliar o campo de análise histórica e compreender como o sofrimento, a resistência e o cuidado feminino estruturaram o pós-guerra. Além disso, a investigação contribui para uma revisão crítica das narrativas históricas tradicionais, que ainda reproduzem perspectivas colonialistas, patriarcais e androcêntricas.

A metodologia adotada neste artigo fundamenta-se em uma abordagem historiográfica articulada a uma revisão bibliográfica e a aportes teóricos provenientes dos estudos de gênero, do feminismo comunitário e das discussões sobre violência estatal e colonialidade. Em primeiro lugar, mobiliza-se um conjunto significativo de fontes documentais como: jornais da época, testemunhos encontrados em textos. Essa análise documental permite não apenas compreender os eventos históricos, mas também identificar as formas pelas quais o Estado produziu categorias de controle, punição e exaltação de determinados grupos de mulheres, como as *residentas* e as *destinadas*.

A revisão bibliográfica, por sua vez, abrange obras clássicas e contemporâneas da historiografia paraguaia e latino-americana, possibilitando situar o conflito dentro de seus contextos políticos, sociais e culturais. Trabalhos de autoras e autores que discutem maternidade, luto, resistência e violência estrutural — como Potthast, Chiavenato, Valinotti, Rosty e Pomer — orientam a análise das práticas femininas que se desenvolveram tanto durante o conflito quanto no pós-guerra. Além disso, os estudos feministas de *Abya Yala*² e os debates sobre colonialidades,

² *Abya Yala* é a denominação ancestral utilizada por diversos povos originários para designar o território que hoje se

forneem um quadro teórico essencial para compreender a atuação das mulheres agentes históricos, e não apenas como vítimas de uma conjuntura violenta.

1. Contexto histórico da guerra e do pós-Guerra Guasú

A compreensão da maternidade e do luto no pós-Guerra Guasú exige primeiro situar o cenário político, econômico e social que marcou o conflito. A guerra não surgiu de forma repentina; foi resultado de tensões acumuladas na região platina ao longo do século XIX. O Paraguai, sob o governo de Francisco Solano López³, buscava garantir sua soberania em um contexto marcado pela expansão econômica do Império do Brasil, pelos conflitos internos no Uruguai e pelas disputas territoriais que envolviam a Argentina.

Para além das razões geopolíticas, o escritor Júlio José Chiavenatto, em sua obra *Genocídio Americano: A Guerra del Paraguay* (1981), argumenta que o Paraguai era, antes da guerra, um dos países latino-americanos com maior autonomia econômica. Possuía pequenas manufaturas, produção agrícola diversificada e um sistema de terras que ainda não havia sido plenamente privatizado. A guerra interrompeu esse processo e abriu caminho para a inserção forçada do país no sistema econômico dependente que se consolidava na região. Em outras palavras, o autor defende a idéia de que o Paraguai foi destruído de forma premeditada devido ao fato de ter tornado-se um mau exemplo para as economias periféricas do capitalismo que se desenvolvia, capitaneado pelo imperialismo inglês que detinha o poder sobre os aliados a partir de uma política de cruel dominação econômica. Portanto, os objetivos ingleses com o premeditado conflito seria:

- a) destruir o Paraguai porque era um país progressista com uma economia autônoma;
- b) garantir o equilíbrio econômico no Plata, defendido pelos representantes do imperialismo inglês;
- c) salvar o Império brasileiro e as províncias argentinas da desagregação, para que o domínio britânico não sofresse solução de continuidade;
- d) satisfazer os desejos expansionistas do Brasil e Buenos Aires;
- e) estabilizar finalmente a situação na bacia do Plata, sedimentando um estado tampão entre o Brasil e a Argentina (Chiavenato, 1983: 37-38).

O conflito, que se estendeu de 1864 a 1870, devastou profundamente o território paraguaio.

convencionou chamar de América. No feminismo comunitário, a expressão é retomada como um marco conceitual e político que rompe com a lógica colonial de nomeação e classificação dos territórios. Ao adotar “*Abya Yala*”, afirmam uma posição epistêmica situada, que reivindica a autodeterminação dos povos e rejeita as categorias impostas pela colonização europeia. O termo funciona, portanto, como uma chave de leitura territorializada e anticolonial, que reconhece a pluralidade de saberes, memórias e formas de organização comunitária.

³ Francisco Solano López teve grande participação no governo do seu pai, que o preparava como seu sucessor. Com a morte de Carlos Antônio Lopez em setembro de 1862, Solano assume o poder, após ter seu nome referendado pelo congresso nacional.

Registros apontam que cidades inteiras foram incendiadas, plantações destruídas, povoados evacuados e infraestruturas básicas arruinadas. Essa destruição sistemática deve ser interpretada à luz da lógica colonial, que transforma territórios inimigos em espaços de conquista e exploração.

Ao término da Guerra Guasú, o Paraguai encontrava-se em uma situação demográfica catastrófica. Os impactos humanos do conflito foram tão severos que alteraram drasticamente a composição populacional do país. Conforme demonstrado no **Quadro 1**, que apresenta as estimativas feitas por Chiavenatto (1981).

QUADRO I - População depois da guerra, segundo Chiavenatto

POPULAÇÃO		% sobre 1870	% sobre população suposta em 1864
População em 1864	800.000	-	-
Total da população do pós-guerra	194.000	-	24,25
Total de homens	14.000	7,22	1,75
Total de mulheres	180.000	92,78	22,50
Homens até 10 anos de idade	9.800	5,05	1,23
Homens entre 10 e 20 anos de idade	2.100	1,08	0,26
Homens maiores de 20 anos	2.100	1,08	0,26

Fonte: Chiavenatto, 1983, p. 150.

A tabela apresenta um retrato devastador das consequências demográficas para o Paraguai, evidenciando a profundidade do trauma social e humano provocado pelo conflito. Ao comparar a população estimada do Paraguai em 1864 com os números do pós-guerra, observa-se um colapso populacional sem precedentes: de 800 mil habitantes, restaram apenas 194 mil. Um dos aspectos mais chocantes revelados pelos dados é a desproporção entre homens e mulheres após o conflito. Do total de sobreviventes, apenas 14 mil eram homens, sendo que cerca de 70% eram crianças com menos de dez anos, ou seja, aproximadamente 9.800 meninos. Isso significa que de acordo com os dados de Chiavenatto (1983) apenas 4.200 homens tinham mais de dez anos de idade. Entre estes, somente metade ultrapassava os 20 anos, reduzindo a população masculina adulta a cerca de 2.100 homens em todo o Paraguai.

Desta forma, as mulheres, que passaram a representar 92,78% da população de 1870, assumiram um papel ainda mais central na reconstrução do Paraguai. Contudo, essa presença numérica majoritária não deve ser lida como ausência de sofrimento; ao contrário, revela como o peso da sobrevivência e da retomada da vida cotidiana recaiu sobre elas de maneira brutal.

Todavia, é importante pontuar que durante o conflito também atuaram, pois segundo Potthast (2006), as mulheres não foram apenas vítimas das circunstâncias de um conflito

devastador, mas também protagonistas ativas na resistência e na sobrevivência nacional.

Se antes mesmo do conflito as mulheres paraguaias já desempenhavam papel central na sociedade — assumindo a chefia das famílias, conduzindo as atividades agrícolas e participando do comércio local —, com a eclosão da Guerra e a convocação em massa para o exército de Solano López. Elas se tornaram responsáveis por manter o funcionamento das comunidades, garantindo a produção agrícola, a alimentação das tropas e a sustentação das famílias, assumindo funções que iam muito além da esfera doméstica.

el abastecimiento de las tropas dependía tanto de las estancias de la patria, que procuraban la carne, como de las frutas que vendían las mujeres. (En otro lugar llegué a la conclusión de que por lo menos la mitad de la producción de subsistencia estaba en manos de las mujeres.) Este papel de abastecedoras que las mujeres desempeñaban en la economía civil, aumentó en el transcurso de la guerra. Al principio, ésta fue un buen negocio para ellas, ya que ahora podían vender más al Estado. Pero cuando la suerte de la guerra cambió y las acciones militares llegaron hasta sus pueblos, la situación se volvió bastante difícil. A partir de 1866, prácticamente toda la producción agrícola estaba en manos de las mujeres, que además empezaron a asumir tareas pesadas, como por ejemplo el trabajo en las salinas (Potthast, 2006, p. 92).

O envolvimento feminino, contudo, não se limitou à economia doméstica e rural. Muitas mulheres acompanharam familiares (companheiros, filhos, irmãos) aos campos de batalha, atuando como cozinheiras, enfermeiras e também como combatentes como: Francisca Cabrera⁴, Barbara Alen e Dolores Caballero. Algumas foram forçadas a migrar em condições precárias, essa multiplicidade de papéis fez com que a guerra fosse, para as mulheres, uma experiência de resistência e de reinvenção social.

2. Entre Honra e Castigo: *Residentas*, *Destinadas* e o Controle Estatal sobre os Corpos-territórios das mulheres paraguaias na Guerra Guasú

Durante e após a Guerra, as mulheres paraguaias foram divididas em duas categorias sociais: *residentas* e as *destinadas*. Embora ambas tenham vivenciado intensamente os impactos da guerra, o tratamento social e político que receberam foi profundamente distinto, revelando as contradições de um Estado que, ao mesmo tempo em que dependia das mulheres, mantinha sobre elas um rígido controle moral e político.

⁴ O Cabichuí, periódico paraguaio, anunciou o ato de heroísmo de D. Francisca Cabrera: que ao notar que os soldados brasileiros estavam próximos, se escondeu no mato com seus quatro filhos pequenos. Para se defender possuía apenas uma faca e falou para seu filho mais velho que, se caísse em mãos inimigas, deveria continuar lutando (Cabuchuí, 12 de agosto de 1867, ano 1, p. 4 Apud Ortalan, 2006, p. 91).

As *residentas* — mulheres que acompanhavam o exército, seguindo maridos, filhos, pais ou irmãos nos acampamentos militares e campos de batalha, assumindo funções fundamentais de apoio: cozinhavam, cuidavam dos feridos, transportavam alimentos e armamentos, e garantiam o sustento moral e afetivo dos soldados. O Estado e a sociedade lhes atribuíam um papel de heroínas silenciosas, associando sua presença à fidelidade conjugal e à devoção à pátria.

No entanto, esse reconhecimento era limitado e profundamente marcado por valores patriarcais, pois eram valorizadas pelo fato de suas ações reforçarem o “ideal da mulher” como figura maternal e submissa ao ideal nacional. Sua bravura era exaltada apenas quando vinculada ao cuidado e à proteção dos homens, e não à autonomia ou à liderança. No imaginário coletivo paraguaio, as *residentas* permaneceram como símbolo de abnegação e patriotismo, perpetuando uma imagem feminina idealizada e moralmente aceita pelo Estado.

Já em relação às destinadas notamos uma ferida aberta na memória nacional do Paraguai, pois se trata de mulheres consideradas “desafetas” da nação e do governo de López, ou seja, foram estigmatizadas como “inimigas internas” e punidas “por algum delito próprio, de seus maridos ou parentes” (Rosty, 2012, p. 44). E que é enfrentar um destino cruel, muitas tiveram seus bens confiscados, suas casas invadidas, suas famílias desestruturadas e outras foram destinadas à morte como aponta edições de periódicos *O Publicador*, que nos aponta mulheres que foram degoladas:

“As próprias mulheres não têm sido poupadas ao furor do extermínio, de que se acha o dominado o ditador López.

Dois prisioneiros feitos pela nossa vanguarda indicam o lugar em que ainda se podem encontrar os cadáveres de mulheres de todas as idades, mandadas degolar por meras suspeitas. Uma coisa chamou minha atenção e foi que em roda dos cadáveres encontrei pedaços de cambraia fina. Apanhei alguns pedaços ensanguentados para ver se encontrava alguma marca, porém felizmente não encontrei; deduza da qualidade das roupas que, se eram de paraguaias, pertenciam a pessoas muito notáveis; tenha se bem presente isto, porque paraguaios com camisas daquela ordem não há.” (*O Publicador*, “Paraguay”, Paraíba, 14 out. 1868, p.2)

Neste trecho há elementos fundamentais para a compreensão da complexidade da situação das mulheres paraguaias durante o conflito. Primeiramente, a menção aos assassinatos de mulheres de diferentes idades evidencia a amplitude da violência cometida pelo governo paraguaio. A execução e o castigo físico das mulheres funcionavam, portanto, como instrumento de controle social e de manutenção de um poder patriarcal e militarizado, no qual o corpo feminino era transformado em campo de disputa simbólica e política, ou seja, dentro da lógica patriarcal em que a mulher é vista como portadora da honra familiar e nacional, sendo, portanto, passível de punição caso essa honra seja questionada.

Outro ponto relevante é a descrição das vestimentas dessas mulheres. As roupas finas, sugerem que muitas pertenciam à elite paraguaia. Essa característica reforça a tese e o que já foi apontado aqui de que o grupo das chamadas “destinadas” não era composto por “mulheres comuns”, mas por representantes de famílias influentes, que se tornaram suspeitas de traição ou de colaboração com o inimigo.

As vestimentas, portanto, não são apenas um detalhe descritivo, mas um marcador de classe que nos permite compreender a inversão de status e o rebaixamento social imposto a essas mulheres, transformadas de senhoras respeitadas em prisioneiras humilhadas. E segundo Potthast (2006, p.97), por serem essas mulheres que provinham famílias abastadas não estavam habituadas ao trabalho físico árduo, às privações e às longas caminhadas que foram forçadas a realizar durante seu exílio.

O exílio ou marcha das destinadas constitui um dos episódios mais marcantes e dolorosos da história das mulheres no contexto do conflito, pois o trajeto foi extremamente árduo e violento. Elas foram arrancadas de suas casas em Assunção e em outras regiões do país, levadas inicialmente a Yhú e, posteriormente, a Espadín — uma localidade situada nas proximidades do encontro das cordilheiras de Amambay e Mbaracayú, hoje território brasileiro (Silva, 1998, p. 57).

O exílio forçado as submeteu a lutar pela sobrevivência, pois o caminho até esses locais era longo e penoso. Tiveram de marchar por dias sob o sol intenso, carregando filhos pequenos ou familiares que não resistiram à jornada, enfrentando fome, sede, doenças.

Todavia, não foi apenas um trajeto geográfico, mas também simbólico. Uma vez, que representou em certa medida “morte social”, um apagamento deliberado das mulheres que não se encaixa nos padrões de lealdade e identidade nacional. Portanto, o exílio funcionou como uma ferramenta política de controle e de purificação moral da nação, na medida em que associava o castigo das mulheres à restauração da ordem e da fidelidade patriótica.

Muitas dessas mulheres jamais retornaram. A travessia até Espadín foi fatal para inúmeras delas, vítimas de doenças, exaustão ou violência. As sobreviventes carregam consigo as marcas físicas e psicológicas do exílio, além da perda de familiares, bens e status social. No entanto, o testemunho dessas trajetórias também revela uma força de resistência silenciosa: mesmo diante da dor e da humilhação.

Uns dos poucos testemunho conhecido de uma destinada é o da francesa Dorothea Duprat Lasserre, que foi detida e enviada para Espadín após a execução de seu pai, de seu irmão e de seu marido, todos condenados como prisioneiros políticos durante os temidos e sangrentos tribunais de San Fernando⁵. Ela descreveu de forma impactante a luta pela sobrevivência:

⁵ O **Processo de San Fernando** foi uma série de julgamentos políticos realizados durante a fase final da **Guerra**, sob

A criada da senhora de Leite Pereira agonizava de inanição, morria de fome e nós nada podíamos fazer mais que assistir a essa agonia lenta que nos cortava o coração. De repente a burra pertencente a senhora de Leite Pereira teve o seu bom sucesso, apresentando um burrinho de regular tamanho. Então lembrei que em França, na ocasião de grandes apuros, comia-se a carne desses animais: num abrir e fechar de olhos, apesar do vento fortíssimo e da chuva incessante que caía, o animalzinho foi morto, preparado e metido na panela. Minha mãe e a senhora de Leite Pereira tiveram repugnância até em olhar para a carne do animal, mas eu cerrei os olhos, venci o asco que me dominava, pois tinha jurado viver e lutar até o último momento e comi esse asqueroso alimento (Lasserre, 1893, p.2).

As que conseguiram sobreviver, foi devido aos poucos objetos que não lhes foram tomados por Solano Lopez, ou seja, elas comercializam o que sobrou dos seus bens com os indígenas Caiuás.

Todas elas vestidas de modo a demonstrar uma passada representação social e presente e extrema desgraça. Nos dedos de algumas ainda brilham anéis de diamantes, restos de bens que desapareceram às mãos de Lopez e ultimamente nas dos índios caiuás que lhes vendiam por preço despropositado os mais singulares alimentos. Depois de continuados presentes, é que esses índios, muito mais humanos contudo do que o tirano Lopez, as havia guiado por entre matos espessos na direção dos brasileiros (Taunay, 1958, p. 248).

No que tange às joias em meio ao colapso econômico e à escassez de recursos, o governo de López lançou campanhas para arrecadar ouro e joias, que seriam “usadas” para financiar o esforço de guerra. Muitas mulheres — pressionadas pela retórica patriótica e pela vigilância social — doaram seus colares e adornos, transformando esse ato em um gesto simbólico de lealdade à pátria.

Segundo os jornais brasileiros como o *Despertador*, a *Semana Ilustrada*, o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Commercio*, entre outros, apontam que a ideia de criar uma organização feminina ou batalhões de mulheres paraguaias, cujo intuito era fazer com que as mulheres doassem suas jóias, foi de Elisa Lynch⁶, companheira de Solano López. A primeira-dama foi constantemente apresentada como "cúmplice em todas as crueldades e espoliações cometidas por López” ou como “mulher depravada”, que estava ao lado do tirano:

comando direto do presidente paraguaio Francisco Solano López. Esses tribunais, instalados na cidade de San Fernando, ficaram conhecidos pela extrema violência e pela perseguição a qualquer pessoa considerada suspeita de traição ou deslealdade ao governo. López, desconfiando de complôs internos e temendo deserções, ordenou a prisão, tortura e execução de centenas de pessoas — inclusive autoridades, militares, intelectuais, estrangeiros etc... Muitos foram acusados sem provas de conspiração contra ele (Maestri, 2013, p. 124).

⁶ Elisa Alicia Lynch (1833–1886) foi uma irlandesa que se tornou uma das figuras femininas mais marcantes e polêmicas da história do Paraguai. Companheira de Solano López, ela acompanhou o líder paraguaio em sua ascensão política e durante todo o conflito. Inteligente, culta e influente, participou da vida social e administrativa do país, tornando-se alvo constante da imprensa estrangeira, que a retratava como símbolo de luxo, poder e influência indevida. Após a morte de López em Cerro Corá, foi ela quem enterrou o companheiro e o filho, antes de ser expulsa do país.

A irlandesa Lynch é uma mulher de espírito que muito tem ajudado diretamente o ditador nos seus planos. Ela é o guia que no Paraguai parece-se um pouco com a opinião pública. Assim, inventou meios pelos quais López pode roubar as senhoras paraguaias, primeiramente com dinheiro de seus maridos, e, depois, suas joias. Esse meio foram contribuições patrióticas, as quais ninguém ousava não contribuir. Foi ela que originou a ideia de empregarem-se mulheres no exército: muitas foram então obrigadas a servir nas ambulâncias e uma ou outra chegou a tomar armas (Transcrição. *Correio da Victória*, Vitória, 13 nov. 1869, p. 2-3).

Do ponto de vista histórico e social, a existência dessas categorias (*residentas* e *destinadas*) evidencia a diversidade de experiências femininas durante a guerra. Às mulheres paraguaias não foram apenas vítimas ou acompanhantes passivas do conflito. Seu envolvimento abrangeu a manutenção da vida, a preservação da cultura e da memória coletiva, e a resistência política frente a um Estado que buscava centralizar o poder e controlar os corpos e comportamentos femininos.

A distinção entre *residentas* e *destinadas* revela não apenas diferentes posições sociais ocupadas pelas mulheres paraguaias durante o conflito e seus resquícios posteriores, mas, sobretudo, os mecanismos de controle, classificação e disciplinamento exercidos pelo Estado sobre a experiência feminina em contextos de conflito. Dessa forma, a polarização entre residentes e destinadas opera como tecnologia de poder: ao definir quais devem ser lembradas como heroínas e quais devem ser apagadas como traidoras. O Estado produz um regime de visibilidade que tanto legitima violências quanto reforça normas de comportamento feminino desejadas pelo projeto nacional masculino.

Ao mesmo tempo, essas duas trajetórias femininas — embora construídas como opostas pelo discurso estatal — convergem em um ponto fundamental: em ambas, a maternidade é profundamente atravessada e reconfigurada, seja pela imposição estatal de gerar e reconstruir a nação ou pela destruição provocada pela violência, exílio e mortes que anuncia um fenômeno que se intensificará no pós-conflito: o luto como experiência coletiva das mulheres, a reconstrução de redes de cuidado entre sobreviventes e a reinvenção da maternidade em meio ao trauma. Abrindo espaço para analisar como essas mulheres reorganizaram afetos, rotinas, vivenciaram o luto e memórias diante da devastação social produzida pelo Estado.

3. Maternidade, luto e cuidado: experiências femininas no pós-guerra

O período pós-guerra impôs às mulheres paraguaias uma realidade profundamente marcada pelo luto — não apenas pela morte de companheiros, filhos e irmãos, mas também pela devastação de um imaginário de território, de “pátria” e de identidades individuais e coletivas, entendidos como espaços simbólicos de proteção, pertencimento e continuidade. Assim, o luto vivido por essas

mulheres ultrapassa as perdas humanas irreparáveis e alcança o plano simbólico, onde igualmente se operou uma destruição profunda. A pátria, enquanto construção afetiva e política, foi arrasada, e a devastação demográfica, territorial e institucional produziu um vazio que não é apenas material, mas também emocional e identitário.

Fala-se, nesse sentido, de um luto físico e simbólico. O luto físico refere-se às perdas tangíveis — os corpos ausentes, as cadeiras vazias, a ruptura de laços familiares que sustentavam a vida cotidiana. Já o luto simbólico diz respeito ao desaparecimento de referências coletivas: a ideia de pátria como espaço de proteção, a identidade nacional como horizonte compartilhado e as expectativas de continuidade social que se dissolveram com a destruição generalizada do país. Quando o território é devastado e suas instituições são desestruturadas, perde-se não apenas a vida humana, mas também a possibilidade de reconhecer-se no espaço que antes fornecia sentido e pertencimento.

Esses lutos, portanto, não podem ser compreendidos apenas como experiências individuais, mas como fenômenos historicamente estruturados. Eles carregam marcas do que Aníbal Quijano, em sua obra: *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005), denomina colonialidade do poder — conceito desenvolvido para descrever o conjunto de relações, estruturas hierárquicas e formas de dominação instauradas durante a colonização e que, mesmo após o fim do domínio direto dos colonizadores, continuam operando, configurando aquilo que ele chama de sistema-mundo moderno-colonial⁷. Nesse sentido, a brutalidade da guerra revela-se como extensão dessas estruturas, pois o Estado — ao exercer violência extrema sobre sua população — busca consolidar e manter seu poder sobre outros grupos, reproduzindo lógicas de exclusão, subordinação e desumanização herdadas do período colonial.

As reflexões apresentadas na obra: *Alquimistas* (1993), também ajudam a compreender esse luto como prática política e epistemológica. A obra evidencia que, em contextos de violência extrema, as mulheres atuam como guardiãs da memória coletiva, transformando o sofrimento em resistência contra o apagamento histórico imposto pelo Estado e pelos discursos oficiais. Enquanto certas mortes são exaltadas como heróicas ou dignas de memória nacional, outras são

⁷ Aníbal Quijano utiliza o conceito de *sistema-mundo*, originalmente formulado por Immanuel Wallerstein, para elaborar o termo *sistema-mundo moderno-colonial*. Esse conceito refere-se à ideia de que a modernidade europeia surgiu e se consolidou de forma inseparável da colonização, estruturando uma ordem global baseada em hierarquias raciais, econômicas, epistêmicas e políticas. Nesse modelo, a Europa se posiciona como centro produtor do conhecimento, da racionalidade e do poder, enquanto as regiões colonizadas são relegadas à condição de periferia, sendo exploradas materialmente e desvalorizadas cultural e intelectualmente. Trata-se de um sistema que articula capitalismo, dominação colonial e produção de desigualdades globais, operando por meio de classificações raciais, da divisão internacional do trabalho e da imposição de padrões eurocêntricos de saber. Mesmo após o fim formal das colonizações, suas lógicas estruturantes permanecem ativas, moldando relações entre Estados, subjetividades, economias e modos de existir no mundo.

deliberadamente relegadas ao esquecimento. Esse esquecimento beneficia apenas aqueles que, inseridos na lógica colonialista, decidem quais vidas merecem luto e quais podem ser descartadas. Trata-se de um projeto político de apagamento, que classifica existências como relevantes ou irrelevantes.

A prática do luto pode tornar-se, assim, um gesto insurgente, que questiona a normalização da violência e exige reconhecimento, ou seja, a memória coletiva também funciona como um arquivo vivo, preservando experiências e identidades que o discurso oficial tenta silenciar. Lembrar os mortos, nesse sentido, é um ato de cura e de denúncia: cura das feridas abertas pela violência histórica e denúncia das estruturas que continuam a reproduzir desigualdades.

A guerra, porém, não destruiu apenas vidas humanas. Ela apagou territórios, línguas, culturas e modos de existir. A violência intensificou a lógica colonial que, desde o período da conquista europeia, buscou desarticular identidades coletivas e impor modelos culturais e econômicos alheios às populações locais. No caso paraguaio, o luto estende-se à perda de estruturas sociais e simbólicas indispensáveis à vida comunitária. A destruição de territórios desestabilizou práticas agrícolas tradicionais e vínculos de comunidade com a terra; o silenciamento de línguas e expressões culturais fortaleceu a tentativa de impor uma homogeneidade nacional voltada a interesses externos; e a reorganização forçada da sociedade apagou a diversidade cultural e étnica que compunha o país.

Assim, o luto assume caráter duplo: de um lado, o luto visível, marcado pela ausência dos corpos; de outro, o luto invisibilizado, expresso na permanência da colonialidade em suas múltiplas dimensões — econômica, política e cultural.

Falamos do luto, das memórias que envolvem esse processo de perda depois de uma guerra. Só que há um elemento que se vincula a esse tema: a maternidade, seja pelas memórias que ela constrói, seja pelo sofrimento devastador de perder um filho. As mulheres mães em um cenário pós-guerra, carregam tanto as marcas da ausência quanto a responsabilidade de manter vivas as lembranças dos que se foram. Nesse sentido, a maternidade é atravessada por um paradoxo: ela é, ao mesmo tempo, espaço de dor e de resistência, de ruptura e de continuidade.

A experiência da maternidade no pós-guerra não se restringe ao âmbito íntimo ou doméstico, pois assume um caráter coletivo e político. As mães que choram seus filhos mortos não apenas revelam a dimensão humana do conflito, mas também se tornam símbolos de denúncia e de contestação frente às estruturas que conduziram a tamanha devastação. Seus corpos e suas memórias são testemunhas vivas da barbárie e, por isso, a maternidade é investida de uma dimensão de poder simbólico. Ao mesmo tempo em que se enfrenta a dor irreparável da perda, também se

afirma a capacidade de manter o fio da vida em meio ao caos, de transmitir às próximas gerações um legado de resiliência e de memória.

Por conseguinte, a maternidade no pós-guerra se entrelaça com a reconstrução da nação e sua própria narrativa histórica. As mulheres são frequentemente chamadas a ocupar o papel de guardiãs da continuidade, não apenas no cuidado com os sobreviventes, mas também na reconstrução do tecido social dilacerado pela violência. O luto que carregam se converte, assim, em força vital para a reorganização comunitária e para a preservação da identidade coletiva. Nesse processo, a maternidade se transforma em um pilar central na elaboração da memória nacional, já que nela se encontra a síntese entre a dor do passado e a esperança do futuro. Por exemplo, no desfecho do filme *Cerro Corá*⁸, a (Figura 1) de uma mulher acompanhada por duas crianças assume um papel profundamente simbólico ao sintetizar o impacto das perdas sofridas durante o conflito, mas também evidencia a capacidade de resiliência e regeneração das mulheres, que se tornam protagonistas da continuidade da vida em meio à devastação.

FIGURA 1 - Mulher paraguaia é a maternidade como reconstrução da nação



Fonte: *Cerro Corá* (Guillermo Vera, 1978, 1h50m30s).

⁸ *Cerro Corá* (1978), dirigido por Guillermo Vera, é o primeiro longa-metragem de ficção histórica produzido inteiramente no Paraguai. A obra retrata os últimos dias da Guerra Guasú (1864–1870), focando a resistência do povo paraguaio e a figura do marechal Francisco Solano López.

O filme é considerado uma peça fundamental do cinema paraguaio, destacando-se pelo uso de efeitos especiais e cenas de batalha que marcaram um precedente na produção cinematográfica do país. Foi financiado pelo regime de Alfredo Stroessner e utilizado como ferramenta de propaganda política, promovendo uma visão revisionista da história nacional. A produção busca exaltar a luta pela independência e a unidade do povo paraguaio, apresentando López como um herói nacional.

A trama segue a trajetória de Francisco Solano López (interpretado por Roberto De Felice) durante os últimos momentos da guerra, culminando na batalha de Cerro Corá, onde ele encontra a morte. A esposa de López, Elisa Alicia Lynch (vivida por Rosa Ros), também é retratada, evidenciando o papel das mulheres na resistência e na manutenção da moral nacional.

A presença das crianças ao lado da mulher mostra como a maternidade é um campo de disputa, um território em que o cuidado assume dimensões profundamente políticas e subversivas. No qual o ato de cuidar deixa de ser um gesto restrito à esfera privada e se projeta como forma de resistência frente à violência estrutural da guerra. O simples fato de amparar uma criança alimentar seu corpo e nutrir sua subjetividade com histórias, memórias e valores de sua comunidade é um gesto de insurgência contra o esquecimento e o apagamento. Em tempos de destruição, preservar a vida das crianças é preservar o próprio futuro coletivo, garantindo que a cultura, a língua e os modos de ser da comunidade não desapareçam. Esse ato de cuidado, portanto, não é apenas um dever materno, mas um compromisso político e ético com a continuidade da existência.

Todavia, ao enfatizar apenas a maternidade, corre-se o risco de reproduzir uma narrativa que aprisiona as mulheres em papéis biológicos e de cuidado, invisibilizando sua atuação enquanto agentes históricos plenos. Assim é necessário compreender que, embora a maternidade tenha sido um elemento fundamental da reconstrução social, ela não esgota as formas de agência das mulheres.

Nesse sentido, pensar o feminino para além da maternidade permite ampliar a compreensão da história, inserindo as mulheres como protagonistas de processos de transformação que vão muito além do âmbito privado ou doméstico; pois foram e são ativas nos espaços (público e privado), na gestão de recursos escassos, na preservação de práticas culturais que poderiam ter sido apagadas. Cada ato de cuidado, cada transmissão de memória e cada esforço para manter a coesão comunitária constituíram formas de resistência silenciosa, que desafiaram os limites impostos pelo patriarcado e pela instabilidade social da época.

CONSIDERAÇÕES

A análise das experiências das mulheres paraguaias durante e após a Guerra Guasú evidencia que a presença delas no conflito ultrapassou em muito o papel passivo tradicionalmente atribuído pela historiografia clássica. Longe de serem meras coadjuvantes, elas atuaram como agentes centrais na sustentação material, simbólica e afetiva da sociedade paraguaia, mobilizando estratégias de sobrevivência que desafiaram tanto a violência da guerra quanto às estruturas patriarcais e coloniais que regulam o Estado e a vida social.

A distinção entre *residentas* e *destinadas* revelou-se fundamental para compreender como o Estado paraguaio produziu classificações morais e políticas sobre os corpos-territórios femininos. As *residentas* foram exaltadas como ícones de sacrifício e devoção à pátria, incorporadas ao discurso nacional como figuras de honra que possuem o “ideal” de mulher-mãe, cuidadora e patriótica. Em contrapartida, as *destinadas* foram transformadas em inimigas internas. O exílio

forçado, a privação, o assédio militar e a morte tornaram-se instrumentos de disciplinamento e punição, evidenciando a operacionalidade da colonialidade do gênero.

A violência exercida contra essas mulheres – política, física, psicológica, econômica e simbólica – deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de poder, no qual a guerra se afirma como expressão máxima da letalidade estatal. A partir da perspectiva da colonialidade de gênero e do poder, é possível perceber que essa violência não se limitou ao campo de batalha: ela se infiltrou nos lares, nos vínculos familiares, nas relações comunitárias e nos espaços de cuidado, demonstrando que as fronteiras entre guerra e vida cotidiana tornam-se indistintas em contextos de destruição extrema.

No pós-guerra, a desproporcionalidade demográfica deixou às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pela reconstrução material e simbólica do país. Nesse cenário, maternidade, luto e cuidado emergem como categorias analíticas centrais, pois se tornam práticas profundamente politizadas que desafiam o apagamento e afirmam a continuidade da vida. A maternidade ultrapassa a dimensão biológica e assume contornos de resistência coletiva: cuidar, amparar, transmitir memórias, ensinar a língua, preservar tradições e oferecer dignidade às crianças tornou-se um gesto insurgente diante da morte generalizada.

O luto, por sua vez, revela a tensão entre memória e esquecimento. Enquanto o discurso oficial buscou consagrar determinados mortos – principalmente homens – como heróis, relegou muitos outros, especialmente mulheres e crianças, ao silêncio. Entretanto, as práticas de luto desenvolvidas por comunidades, famílias e sobreviventes inscrevem novas formas de lembrar, afirmar e reivindicar essas vidas. Assim, o luto transcende a esfera do sofrimento individual e se transforma em um ato político, capaz de denunciar as estruturas que produziram a violência e de recuperar histórias que o Estado tentou apagar.

Ao compreender as mulheres como agentes históricas complexas – e não como meras vítimas – este trabalho contribui para ampliar a historiografia da Guerra Guasú, incorporando dimensões até então marginalizadas: as redes de cuidado feminino, as micropolíticas de sobrevivência, as experiências de exílio e punição, os gestos de resistência cotidiana, a maternidade como prática política e o luto como elaboração coletiva de trauma e memória.

Em síntese, a Guerra Guasú não pode ser narrada sem as mulheres. Elas foram sustentáculo da vida durante o conflito, guardiãs da memória no pós-guerra e protagonistas fundamentais da reconstrução do Paraguai. Resgatar suas vozes, suas trajetórias e seus testemunhos significa não apenas fazer justiça histórica, mas também reconfigurar o próprio entendimento do que é guerra, violência, resistência e humanidade na América Latina. Trata-se de romper com a “história única” e

reconhecer que, nos escombros de um dos conflitos mais devastadores do continente, foram as mulheres que mantiveram viva a possibilidade de futuro.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

ALCALÁ, Guido Rodríguez. **Residentas, destinadas e traidoras**. Asunción: RP Ediciones/Criterio, 1991.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio Americano – a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai. Dissertação de Mestrado. Campo Grande, MS, UFMS, 2005.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Mulheres na Guerra do Paraguai. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MAESTRI, Mário. Tribunais de sangue de San Fernando: o sentido político-social do terror lopizta. *História: Debates e Tendências*, v. 13, n. 1, p. 124-149, jan./jun. 2013.

LASSERRE, Dorothée Duprat de. **Memórias de mme Dorothée Duprat de Lasserre**. Rio Grande do Sul: Typ. Trocadero, 1893.

ORTOLAN, Fernando Lóris. Imagens do Feminino na Guerra do Paraguai. *MÉTIS: história & cultura*, v 5, n. 9, p. 83 – 95, jan./jun. 2006.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi. Homens e Mulheres na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

POMER, Leon. A Guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense. São Paulo: Global, 1981.

POTTHAST, Bárbara. Algo más que heroínas. Varias roles y memorias femeninas de la Guerra de la triple alianza. Diálogos - **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História** (2006).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: **CLACSO**, 2014.

QUIJANO, Aníbal. —Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latinal. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. **CLACSO**, Buenos Aires, Argentina, 2005.

ROSTY, Cláudio Skora. As residentas, traidoras e destinadas a lutarem e morrerem por Solano Lopez. **Revista do IGHMB**, v. 76, n. 104, p. 43-65, 2017.

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. **A noite das Kygua Vera: a mulher e a reconstrução da identidade nacional paraguaia após a Guerra da Tríplice Aliança (1867-1904)**. Tese (Doutorado em História) PPGHistória Universidade Federal Fluminense, 1998.

SOTO, Clyde Autora; BAREIRO BOBADILLA, Line Autora; MONTE, Mary Autora. *Alquimistas: documentos para otra historia de las mujeres*. 1993.

SQUINELO, Ana Paula; DOCKHORN, Vera Lúcia Nowotny; DE MATTOS MESSIAS, Yara Karolina Santana. La Guerra del Paraguay o Guerra Guasu: contenido, imágenes y sujetas/os en las Colecciones Didácticas de Historia del Programa Nacional del Libro y del Material Didáctico (PNLD/2024, Brasil). **Revista Historia Autónoma**, n. 25, p. 259-279, 2024.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. **A Retirada da Laguna**. 12. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

VALINOTTI, Ana Barreto. *Las Mujeres*. Asunción: El Lector, 2013.

Referências de jornais

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 28 set. 1865, p. 1.

CORREIO DA VICTORIA. Vitória, 13 nov. 1869, p. 2-3.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. 19 abr. 1865, p. 1.

NOVIDADES DA SEMANA. *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1865, p. 2.

O PUBLICADOR. “Paraguay”. Paraíba, 14 out. 1868, p. 2.

THEATRO DA GUERRA. *O Despertador*, Desterro, 26 jun. 1866, p. 2-3.

VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1865, p. 1.

Referência filmica

CERRO CORÁ. Direção: Guillermo Vera. Paraguai: Direção de Audiovisual (Paraguai), 1978.